

Responsabilidade enunciativa e posturas do locutor-enunciador em redações do ENEM

Jéssica Tailane da Costa

Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil
orcid.org/0000-0002-1029-5549

Rosângela Alves dos Santos Bernardino

Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil
orcid.org/0000-0001-7812-4829

Este trabalho investiga a responsabilidade enunciativa e as posturas assumidas pelo produtor em redações nota mil do ENEM, a partir do aporte teórico-metodológico da Análise Textual dos Discursos, em sintonia com estudos enunciativos sobre o ponto de vista, considerando, especificamente, a categoria “diferentes tipos de representação da fala”. O *corpus* é formado por cinco textos com pontuação máxima no exame em 2018. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental que se apoia no método misto de análise e no tratamento qualitativo de base descritivo-interpretativa. Os resultados sugerem que os candidatos negociam a produção de sentido com diferentes fontes de conhecimento, para atender diversas finalidades enunciativas. A mobilização de pontos de vista alheios se dá, principalmente, pelos mecanismos linguísticos do discurso indireto, do discurso narrativizado e do discurso direto, sendo antecedida ou precedida pelo movimento dialógico de concordância via coenunciação.

Palavras-chave: Análise Textual dos Discursos. Nível enunciativo. Ponto de vista. Posicionamentos.

Responsabilidad enunciativa y posturas del locutor-enunciador en las redacciones de la ENEM

Este trabajo investiga la responsabilidad enunciativa y las posturas asumidas por el productor en ensayos evaluados con puntaje máxima en el Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir del aporte teórico-metodológico del Análisis Textual de Discursos, en línea con estudios enunciativos sobre el punto de vista. El *corpus* consta de cinco textos que obtuvieron la nota máxima en el examen en 2018. Se trata de una investigación documental, basada en el método mixto de análisis y tratamiento cualitativo descriptivo-interpretativo. Los resultados muestran que los candidatos negocian la producción de significado con diferentes fuentes de conocimiento, para cumplir con diferentes propósitos enunciativos. La movilización de los puntos de vista ajenos se produce principalmente a través de los mecanismos lingüísticos del discurso indirecto, el discurso narrativizado y el discurso directo, siendo precedido o seguido por el movimiento dialógico del acuerdo, a través de la coenunciación.

Palabras clave: Análisis textual de discursos. Nivel enunciativo. Punto de vista. Posicionamientos.

Enunciative responsibility and speaker-enunciator's stance in ENEM essays

This work investigates the enunciative responsibility and the positions assumed by the writer in ENEM essays with perfect score, based on the framework of Textual Discourse Analysis, in line with the enunciative studies about point of view, specifically considering the category “different types of speech representation”. The *corpus* is composed of 5 texts with the highest score in the 2018 exam. The study draws on the document research method and is grounded on the mixed methods approach and on the descriptive-interpretative qualitative treatment. The results show that the candidates negotiate the production of meaning with different sources of knowledge to serve several enunciative purposes. The mobilization of other people's points of view is mainly due to the linguistic mechanisms of indirect speech, narrative speech and direct speech, preceded or succeeded by the dialogical movement of agreement, through co-enunciation.

Keywords: Textual Discourse Analysis. Enunciative level. Point of view. Positions.



Introdução

A qualidade discursiva de textos produzidos por concluintes da escolaridade básica constitui um tema amplamente debatido no âmbito da educação linguística no país, em virtude dos resultados apontados tanto por pesquisas de cunho investigativo (VIEIRA, SILVA, ALVES, 2009; COSTA VAL, 2016; ALVES, LEITE, 2018), quanto pelos indicadores de avaliação do desempenho escolar, fornecidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nesse ensejo, os índices de rendimento dos candidatos na proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aplicado nos últimos anos, por exemplo, alertam para fragilidades na formação leitora e escritora de milhões de estudantes que tiveram suas habilidades testadas.

Basta ver a relação de dados de uma das edições mais recentes do exame, referente ao ano de 2018, ocasião em que os participantes foram solicitados a elaborarem um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, que contemplasse o problema da “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, conforme a modalidade escrita formal da língua. No total de 4,1 milhões de redações corrigidas, a média nacional obtida foi de 522,8 pontos, ou seja, a maioria dos avaliados não atingiu a nota considerada satisfatória de 700 pontos, estipulada pelo Ministério da Educação (MEC), e somente 55 alcançaram a nota máxima de 1000 pontos. Para completar, 112.559 candidatos zeraram o teste de produção textual¹.

Atualmente, o ENEM consiste no principal método de ingresso no Ensino Superior, e é aplicado pelo INEP anualmente para medir as competências dos estudantes em cinco áreas do conhecimento, quais sejam: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias. Geralmente realizado em duas etapas, o processo avaliativo contém 180 questões de múltipla escolha (destas, 40 abordam a Língua Portuguesa), mais uma proposta de redação que pode ser decisiva para a obtenção de uma vaga nos bancos de muitas instituições públicas e privadas. Desde sua fundação, em 1998, o exame tem atraído públicos cada vez maiores e mais heterogêneos.

Considerando o exposto, o gênero redação do ENEM, espécie de texto assim consagrada por cumprir uma ação visada (firmar um posicionamento diante de um tema atual, de amplo alcance social) em um determinado cenário sócio-histórico-cultural (contexto de avaliação e seleção), cujos envolvidos assumem papéis distintos (avaliado e avaliador), constitui o objeto de interesse desta pesquisa. Nosso foco recai sobre casos bem-sucedidos na redação do ENEM, com o propósito de investigar o fenômeno

¹ Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-do-enem-2018-sao-divulgados/21206. Acesso em: 15 mai. 2019.

da responsabilidade enunciativa (RE)² sob o aporte teórico da Análise Textual dos Discursos (ATD), postulada por Adam (2011), em diálogo com a abordagem enunciativa e interacionista do ponto de vista, empreendida por Rabatel (2009; 2015; 2016a; 2016b).

Estabelecemos como objetivo central investigar as estratégias textuais/discursivas mobilizadas para assinalar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa e a construção de um ponto de vista próprio em redações nota mil do ENEM, procurando responder questões como: Quem está na fonte do dizer? Que elementos da língua são utilizados para marcar (não) assunção dos enunciados, e como os produtores se posicionam em relação a pontos de vista alheios? Como os enunciados assumidos e imputados concorrem para construir sentidos no texto, favorecendo a inscrição de um ponto de vista pessoal sobre o tema?

Sintonizados com esses questionamentos, pretendemos, especificamente: (i) identificar as vozes e instâncias convocadas pelo locutor-enunciador no percurso da argumentação; (ii) descrever e interpretar marcas linguísticas sinalizadoras da (não) assunção da RE dos conteúdos proferidos, considerando os posicionamentos adotados pelo locutor-enunciador diante dos pontos de vista imputados a outrem; (iii) discutir sobre efeitos de sentido decorrentes dos contextos de (não) responsabilização dos enunciados, levando em conta a necessidade de se defender um ponto de vista próprio nessa prática comunicativa.

O *corpus* constitui-se de cinco textos que atingiram nota máxima no ENEM, em 2018, organizados em uma cartilha intitulada “Redação a Mil”, disponível em várias plataformas virtuais a título de referência para futuros candidatos. Metodologicamente, o trabalho classifica-se como documental, seguindo as etapas da abordagem qualitativa, em consonância com os procedimentos do método misto de análise, sendo, pois, de natureza descritivo-interpretativa.

Como saldo para a área de estudos da linguagem, apontamos a compreensão de um importante aspecto das práticas argumentativas escolares, que é a responsabilidade enunciativa, fenômeno que reflete o diálogo travado entre produtores e interlocutores, tal como os movimentos de aproximação e/ou distanciamento entre voz e pontos de vista citados e retomados, que interferem, sobremaneira, na força persuasiva dos enunciados. Citamos, ainda, a articulação entre texto, gênero e discurso, propiciada pelos dispositivos de leitura da ATD, postura analítica inscrita no interior da Linguística Textual, que muito tem a oferecer no estudo de textos concretos, como é o caso da redação do ENEM, um gênero que é alvo de grandes investidas no trabalho didático-pedagógico com a Língua Portuguesa nas séries finais da Educação Básica.

² Rabatel (2016a), em sua teoria do ponto de vista, grafa “PEC” para sinalizar o fenômeno da responsabilidade enunciativa, que corresponde a “RE” em português.

Nas seções seguintes, discorreremos sobre os preceitos teóricos dedicados ao fenômeno da responsabilização, segundo as propostas trilhadas por Adam (2011) e Rabatel (2009; 2015; 2016a; 2016b); posteriormente, apresentamos os resultados de nossos movimentos analíticos, descrevendo e interpretando a RE em redações do ENEM; e, por fim, trazemos nossas considerações finais.

1 Responsabilidade enunciativa: acepções importantes

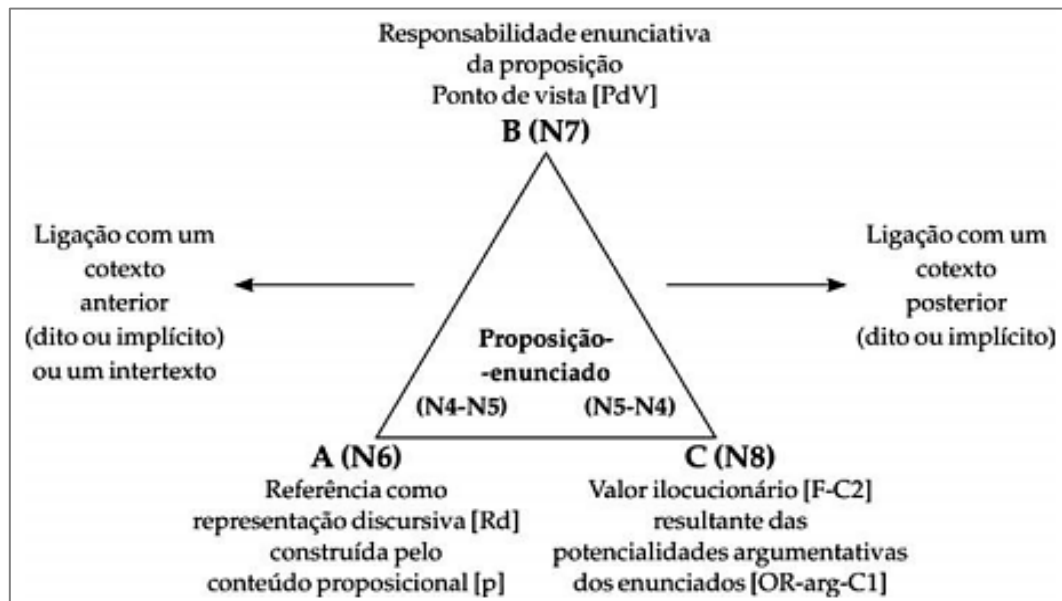
Entre as acepções que dão conta da responsabilidade enunciativa, enfatizamos aquelas que fundamentam nossa análise, delineadas por Adam (2011), no escopo da ATD, e por Rabatel (2009; 2015; 2016a; 2016b), no bojo de sua abordagem pragmático-enunciativa do ponto de vista. Fazemos isso porque julgamos produtiva a conciliação entre essas duas perspectivas para entendermos o jogo argumentativo inerente aos processos interacionais.

Na obra fundadora da ATD – *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos* (ADAM, 2011) –, a noção é tratada, a princípio, como um componente elementar da unidade textual básica, a proposição-enunciado (ADAM, 2011, p. 115-122); e, em seguida, no enfoque específico das categorias e marcas linguísticas de responsabilidade enunciativa (ADAM, 2011, p. 186-189). Ao sistematizar os aspectos definidores da microunidade sintático-semântica, a proposição-enunciado, o autor concede mais espaço à discussão da responsabilidade enunciativa, sem, necessariamente, teorizar sobre esse conceito, mas sim propor uma visão de conjunto das questões pertinentes ao texto e discurso.

Na Figura 1, reproduzimos a forma como o linguista organiza as três dimensões complementares da unidade textual mínima, dispostas em uma construção triangular que não tenciona hierarquizar os polos [A], [B] e [C], mas sim demonstrar o estatuto dialógico/interacional que perpassa entre eles. Consoante o esquema, a validação de um enunciado baseia-se na relação entre os segmentos [A] e [B], mediante a combinação de uma representação discursiva (Rd) e um ponto de vista (notado PdV). Para Adam, toda Rd constitui-se a partir da expressão de um PdV, sendo esta ligação fundamental para a orientação argumentativa [C1] e seu valor ilocucionário [C2], que, por sua vez, é indissociável do vínculo entre o sentido de um enunciado e uma prática enunciativa. Desse modo, o termo co(n)texto, frequentemente empregado pelo autor, serve “para dizer que a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (cotexto) como na operação de contextualização” (ADAM, 2011, p. 53). Conseqüentemente, a materialização da responsabilidade enunciativa desponta da ligação com cotextos anteriores e posteriores; sua análise permite mensurar o grau de envolvimento do locutor-narrador

numa cena enunciativa, isto é, se assume a responsabilidade pelo dizer ou prefere manter-se distanciado, atribuindo o enunciado a uma outra instância.

Figura 1 – Esquema 10: A proposição-enunciado e suas três dimensões complementares



Fonte: Adam (2011, p. 111)

Na proposta de Adam (2011), a materialização da responsabilidade enunciativa de uma proposição se dá por uma grande quantidade de unidades linguísticas, classificadas em oito categorias, quais sejam: *Índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalidades, diferentes tipos de representação da fala, indicações de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica, indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados*. Cada um desses conjuntos engloba um leque de elementos que evidenciam diferentes graus de (não) assunção da responsabilidade pelos conteúdos expressos. Todas as categorias são tratadas em diálogo com paradigmas teóricos distintos, sobretudo de viés enunciativo, discursivo, pragmático e textual, já que os textos podem acumular categorias e marcas diversas de responsabilidade.

Assim como Adam (2011), Rabatel avança, no sentido de articular conhecimentos de várias áreas para proceder análises textuais/discursivas e explicar o jogo argumentativo das práticas interacionais. Em seus trabalhos, Rabatel (2009; 2015; 2016a; 2016b) propõe uma visão inovadora em relação ao conceito de responsabilização, atrelada aos efeitos pragmáticos do ponto de vista (abreviado PDV). Este, por sua vez, integra o conteúdo de uma proposição, e sua análise sugere que se leve em conta o “modo de doação dos referentes e as escolhas de predicação,

reveladores do sentido e da orientação argumentativa” dos enunciados (RABATEL, 2015, p. 126).

Logo, de toda situação dialogal emerge um locutor e um enunciador em sincretismo, notados L1/E1, e que Rabatel intitula *principal*, uma voz provida de certa autoridade, cuja identificação é de grande utilidade para a necessária hierarquização das fontes de conteúdos proposicionais (enunciadores). O *principal* reside na coincidência do locutor com o enunciador, e é em relação a ele que se encaixam os demais locutores ou enunciadores que possam ser convocados no discurso.

O teórico defende que todo enunciado pressupõe uma instância que se responsabiliza, contudo, é preciso distinguir os casos em que o locutor/enunciador primeiro (L1/E1) assume, por conta própria, o conteúdo de uma fala, julgando-o verdadeiro, para os casos de imputação, em que L1/E1 atribui o conteúdo predicado a um enunciador segundo (E2), isentando-se da responsabilidade.

Na verdade, o que Rabatel (2009) observa são diferentes quadros de responsabilização (ou PEC), em função das iminências que validam, direta ou indiretamente, o PDV relatado. A PEC (ou RE) incide sobre a instância produtora do enunciado, qual seja, L1/E1, centro de atualização dêitica, mas estende-se também aos enunciadores segundos, envolvidos “por uma *certa* forma de PEC, por imputação” (RABATEL, 2009, p. 78, grifo do autor).

Para explicar o caráter putativo de certas ocorrências, Rabatel formula a hipótese de uma Quase-PEC/Quase-RE, uma espécie de RE limitada, operada quando L1/E1, ao invés de assumir o PDV, decide imputá-lo a outro, que pode sempre contestar a procedência do PDV que L1/E1 lhe atribuiu. No entanto, esta Quase-PEC não anula a responsabilidade enunciativa de L1/E1, uma vez que este pode emitir, em uma etapa posterior, seu posicionamento a respeito do PDV imputado a E2, ou seja, “se ele está em desacordo com o PDV imputado, se ele o considera, sem tomar partido, explicitamente ([...] neutralidade ou RE zero), ou se ele está em acordo com o PDV” (RABATEL, 2016a, p. 95).

O contexto intermediário da neutralidade, evidenciado sempre que L1/E1 afasta-se provisoriamente da cena enunciativa, fazendo desconhecer sua atitude, “é teoricamente possível, mas nunca dura muito”, pois “o destinatário da mensagem de L1/E1 tem necessidade de saber o que esse último pensa por si mesmo” (RABATEL, 2016a, p. 94).

Rabatel (2009) afirma que, no percurso discursivo, L1/E1 pode contentar-se em aceitar o PDV alheio, demonstrando subordinação à posição enunciativa de E2 [E2 > L1/E1]; e pode, ainda, modificar o PDV de outro para favorecer o seu próprio [E2 < L1/E1]. Em ambas as situações, temos uma PEC compartilhada, via imputação, pois

L1/E1 válida, por sua conta, a extensão relatada no enunciado precedente. Do contrário, fala-se em desasserção quando L1/E1 recorre à negação para expressar seu desacordo, instaurando uma não RE e mantendo-se distante do PDV imputado. Nesse caso, a responsabilização cabe somente ao E2.

No próximo tópico, tecemos informações sobre as posturas enunciativas (categoria mobilizada nesta pesquisa), um dispositivo que também determina a inscrição do sujeito no discurso.

2 Considerações sobre a noção de posturas enunciativas

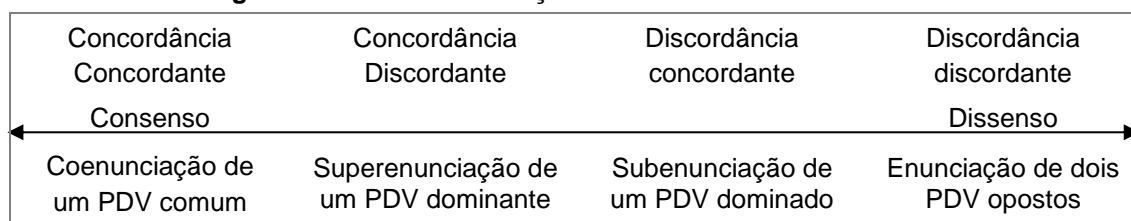
Consoante Rabatel (2015), a expressão do acordo, do desacordo ou da neutralidade contempla diferentes graus, haja vista os objetivos pretendidos, as regularidades do gênero, certos parâmetros situacionais e os processos empáticos que embalam locutores e enunciadores. A propósito, é sobre a disjunção locutor/enunciador que repousam as posturas enunciativas, reflexo da dinâmica da entrada de vozes no âmbito da circulação dos discursos.

Muitas são as estratégias textuais/discursivas implementadas pelos sujeitos em seus usos sociais da linguagem. As posturas enunciativas, a exemplo, configuram uma maneira dos locutores se posicionarem num determinado campo da atividade humana, sendo, por isso, favoráveis à demarcação de um lugar de crítica. Rabatel (2015, p. 128) assevera que remetem a “um jogo interacional de posicionamento em relação aos outros, com os proveitos que lhe são associados”, de modo que seu estudo permite uma melhor compreensão dos investimentos daqueles que atuam na coconstrução dos PDV e na sua apreensão.

O teórico aponta três formas pelas quais L1/E1 se coloca em relação à verdade no plano discursivo, quais sejam: **Coenunciação** – coprodução de um PDV partilhado pelo locutor-enunciador primeiro e um E2. Supõe engajamento das fontes enunciativas com os PDV relatados pelo locutor, representando basicamente o acordo entre as instâncias; **Sobrenunciação** (equivalente à superenunciação, em Rabatel (2016b)) – reformulação de um PDV dominante na estrutura comunicacional em benefício do L1/E1, evidenciada principalmente nas construções parafrásticas; e **Subenunciação** – marca distanciamento do locutor-enunciador primário em relação ao PDV dominado, a que L1/E1 confere um estatuto de autoridade.

Em Rabatel (2015; 2016b), depreendemos que estes fenômenos aparecem nitidamente na interação escrita, o que não quer dizer que refuguem à expressão oral e, porventura, situações didáticas. Visando afinar a compreensão das posturas, o teórico propõe reorganizar as relações mantidas entre locutores e enunciadores no quadro participativo em um *continua* (Figura 2).

Figura 2 – Trama das relações entre consenso e dissenso



Fonte: Rabatel (2016b, p. 203)

Nessa representação, as duplas flechas cambiam entre os dois polos, movendo-se do dissenso (discordância discordante) para o consenso (concordância concordante), afastando-se do dissenso para se aproximar do consenso, ou no sentido inverso, passando pelos estados designados como concordância discordante e discordância concordante, localizadas no entremeio das extremidades (RABATEL, 2016b). Nesse caso, a postura da coenunciação corresponde à concordância concordante, em virtude do acordo francamente assumido pelos locutores na expressão de um PDV comum, partilhado pelos enunciadores. A sobrenunciação (ou super-), por sua vez, é correlata à concordância discordante, visto estar centrada num suposto acordo entre locutores/enunciadores através da coconstrução desigual de um PDV dominante que é ressignificado. Já a subenunciação emana da discordância concordante, pois baseia-se na coconstrução desigual de um PDV dominado, ao qual o locutor-enunciador faz entender que não é o seu, seja por vontade deliberada ou não.

Rabatel esclarece que não há um elo automático entre gênero e postura, uma vez que a escolha e até a mudança de postura são reguladas pelas variáveis de cada situação comunicativa. Dessa forma, é sempre possível que os sujeitos adotem mais de uma postura ao dar voz a *outrem* no desenrolar de suas ações linguageiras.

3 Análise da RE em redações nota mil do ENEM

Aqui, os dados que emanam do *corpus* são descritos e interpretados. Inicialmente, demonstramos o projeto de escrita das redações e as regularidades existentes no processo de atribuição das notas; em seguida, discutimos sobre a inscrição de um PdV próprio em contextos de (não) assunção da RE; e, por último, expomos as posturas assumidas pelo locutor em direção às proposições imputadas.

Dentre os 55 textos com pontuação máxima no ENEM 2018, elegemos 5 para compor esta amostra, levando em conta o manejo, a natureza e a frequência das marcas que assinalam a RE, a partir da visão de Adam (2011). Após leitura e releitura do *corpus*, optamos por trabalhar com a categoria *diferentes tipos de representação da fala*, cujas marcas linguísticas emergem com muita recorrência, viabilizando a gestão de diferentes vozes no âmbito da redação.

3.1 Estabelecimento do texto

No ENEM 2018, os candidatos dissertaram sobre o tema “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”, motivados por quatro textos de apoio, dentre eles, uma reportagem, dois artigos e um infográfico.

Todas as redações analisadas denotam uma visão aplicada sobre a temática, além de uma estrutura composicional regular, que atende perfeitamente o projeto do texto dissertativo-argumentativo em prosa (Tema – Tese – Argumentos – Proposta de intervenção), definido pelo INEP, na cartilha do participante 2018 (BRASIL, 2018); organizam-se em torno de quatro parágrafos, sendo um introdutório (contextualização do tema e delimitação da tese), dois parágrafos de desenvolvimento (composto por dois argumentos de força), e um parágrafo inteiramente dedicado à proposta interventiva (configurando a conclusão); e apresentam extensões que variam entre 28-30 linhas, com forte recorrência do padrão de linguagem objetiva, impessoal.

A atribuição da nota máxima – 1000 pontos – deve-se ao total cumprimento das 5 competências avaliadas na Matriz de Referência para redação 2018, a saber: (1) “Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa”; (2) “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa”; (3) “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”; (4) “Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”; (5) “Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 08).

3.2 Construção de um ponto de vista próprio em diferentes contextos de responsabilização

Para conferir legitimidade ao próprio dizer, a reprodução de vozes sob uma perspectiva crítica e analítica atua como uma das mais recorrentes estratégias argumentativas empregadas pelos produtores nas redações examinadas. Nessa direção, os candidatos utilizam o discurso alheio a serviço das seguintes finalidades enunciativas: **(i)** como ponto de partida para a delimitação do enfoque temático e para a formulação da tese que será sustentada; **(ii)** como base para a estruturação e detalhamento dos argumentos levantados para convencer o leitor sobre a assertividade do ponto de vista escolhido a respeito do problema exposto; **(iii)** como forma de comprovar a credibilidade do argumento já desenvolvido; **(iv)** como meio de reforçar a orientação argumentativa do texto. Em decorrência disso, identificamos um grande número de ocorrências de três modos de falar pelos outros, precisamente categorizados em DI, DD e DN.

A produção de sentido é negociada com conhecimentos advindos da Filosofia, Sociologia, Tecnologia, Estatística, Medicina, Entretenimento e Jornalismo. Em termos quantitativos, 76% dos casos de imputação dos enunciados se dão por intermédio do registro de fala em DI, 13% por via do DN, e 11% sucedem da enunciação relatada em DD. A circulação de PdV originariamente diversos provém das ferramentas argumentativas acionadas pelos locutores, tais como citações, pequenas narrativas ilustrativas, inserção de dados estatísticos, exemplos e comparações entre situações. Raramente são reproduzidos conteúdos relatados nos textos motivadores.

Concentrados, em sua maior parte, no desenvolvimento dos textos, os PdV reportados aparecem dispersos, consideravelmente, na introdução, como também na conclusão, mediante estratégia de retomada de conteúdos anteriores. Nisso, a voz de um *principal* costuma aparecer nos parágrafos introdutórios, através da tese assumida por L1/E1, sendo que outros conteúdos proposicionais se associam ao PdV inicial para fazer valer a opinião do autor.

Sobre as relações dialógicas estabelecidas entre o locutor-enunciador e os E2 em contextos de imputação, predomina o acordo. Todavia, alguns movimentos de discordância são vistos quando L1/E1 insere um PdV no qual ele se apoia num primeiro momento, mas distancia-se posteriormente para lançar uma interpretação crítica sob o prisma da manipulação digital, operando uma Quase-PEC na concepção de Rabatel (2016).

A seguir, expomos a análise de alguns excertos, visando à demonstração dos resultados alcançados em torno da materialização da categoria *diferentes tipos de representação da fala*, em situações de (não) assunção da RE, localizadas, mais frequentemente, na introdução e desenvolvimento. No decorrer da explanação, outras ocorrências linguísticas presentes nos recortes serão citadas para complementar a descrição da RE. Vejamos o Quadro 1.

Quadro 1 – Excerto (1) - Redação de n. 2

Introdução	[1] De acordo com o filósofo alemão Arthur Schopenhauer , “ <u>o homem toma os limites do seu próprio campo de visão como os limites do mundo</u> ”. [2] Atualmente, essa conduta é potencializada pela seleção parcial dos dados expostos na internet decorrente da influência global das indústrias capitalistas. [3] Tal realidade, uma vez desconhecida pela população, pode influenciar e manipular o comportamento do usuário de maneira despercebida e prejudicar o seu senso crítico, inibindo, assim, a plena liberdade de escolha . [4] Diante disso, faz-se necessária a adoção de medidas capazes de assegurar esse direito civil aos brasileiros.
Desenvolvimento	[5] A princípio, é importante ressaltar a intrínseca relação entre a alienação e a interferência na conduta do indivíduo. [6] De fato , o processo de filtração dos dados expostos virtualmente é desconhecido em parte , senão todo , pela população. [7] Nesse contexto, segundo o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein , <u>só existe opção quando há informação</u> . [8] Sob essa ótica, observa-se que o indivíduo, ao ser privado — mesmo que parcialmente — do conhecimento, não possui as ferramentas fundamentais para tomar uma decisão consciente. [...]

Em [1], o primeiro segmento mediado é delimitado por aspas, permitindo que a predicação introduzida pelo grupo preposicional *De acordo com* se diferencie da fala do L1/E1. Essas marcas assinalam a entrada do discurso citado direto e indicam que a porção textual sob o escopo de *De acordo com* não é assumida pelo locutor-enunciador, mas creditada a uma outra fonte, qual seja, o filósofo alemão Arthur Schopenhauer, que nesta cena, configura um E2. A abertura e o fechamento das aspas sinalizam o início e o fim do PdV facultado a outrem, cuja expressão verbal é fielmente reconstruída pelo locutor primário. O emprego da enunciação relatada em DD não apenas exime L1/E1 da responsabilidade pelo fato comunicado, como reveste a encenação discursiva de uma certa objetividade, de uma credibilidade que se consolidará a partir de um elo formado com os enunciados posteriores, cuja orientação argumentativa é de confirmação.

No segmento subsequente, L1/E1 toma partido ao instaurar um movimento dialógico de concordância com o PdV atribuído a E2, anunciando o que pensa sobre a premissa filosófica postulada por Arthur Schopenhauer. A escolha de um plano de enunciação embreada e o contorno subjetivante das palavras proferidas marcam a entrada de um novo PdV ou mudança de quadro (PdV2), que não rompe com o efeito de sentido da proposição-enunciada anterior. Reparemos: “Atualmente, essa conduta é **potencializada** pela seleção **parcial** dos dados expostos na internet decorrente da influência global das indústrias capitalistas”. Nesse trecho, o dêitico temporal *Atualmente* e o elemento anafórico essa aproximam os campos de visão de L1/E1 e E2, pois não apenas ancoram o enunciado ao momento de sua produção, como mostram que a realidade apresentada no PdV1 continua vigorando na sociedade contemporânea, como assevera o PdV2.

O uso do verbo de opinião *potencializada* e do lexema valorativo *parcial* manifestam a presença avaliativa do L1/E1 e, portanto, de seu PdV, segundo o qual o homem, sendo um ser influenciável, tem seu comportamento intensificado pelo direcionamento de informações ou restrição dos dados disponíveis no espaço cibernético, em virtude do poderio da classe empresarial. Portanto, pode-se dizer que o PdV2 é fruto de um trabalho reflexivo-interpretativo do locutor-enunciador em relação a princípios importantes do campo filosófico, atestados nas palavras do E2. Até aqui, observamos que o locutor primeiro se move em direção à contextualização do assunto, ao recorte temático que conduzirá a discussão. Além disso, o PdV2, em conjunto com o PdV3, ocupa uma postura dominante no plano textual, pois constitui o posicionamento geral, funcionando como referência para o desdobramento das demais informações.

No terceiro segmento (PdV3), constatamos que o locutor retoma a proposição acolhida no segundo momento com o uso de uma forma pronominal (“*Tal* realidade...”), quando discorre sobre os agravantes da manipulação digital (a “*Tal* realidade” citada no

início do PdV3), que, segundo ele, é uma prática desconhecida pela população, capaz de induzir secretamente a conduta dos internautas, cerceando-lhes o direito de escolha. Também nos deparamos com marcadores que conferem ao enunciado uma subjetividade, a saber: os lexemas avaliativos *desconhecida*, *despercebida* e *plena*, que demonstram um estado de coisas expresso na predicação; e o modalizador *pode*, indicando uma possível consequência do processo de filtração de dados na rede. Desse modo, observamos que o envolvimento do locutor-enunciador à situação descrita no PdV3 deve-se à necessidade de declarar um posicionamento pessoal sobre o tema, que, neste co(n)texto, corresponde à tese, previamente anunciada no PdV2.

A quarta e última proposição-enunciada (PdV4) recupera a linha de raciocínio do L1/E1 através do conector conclusivo *Diante disso*. Observemos: “Diante disso, **faz-se necessária** a adoção de medidas **capazes** de assegurar esse direito civil aos brasileiros”. Nessa porção, o locutor primário, ao encarnar uma postura de combate, incorpora o seu destinatário, agindo sobre ele mediante o emprego da expressão *faz-se necessária*, com o intuito de reforçar a importância da ideia sustentada e, com isso, promover a adesão do alocutário à posição enunciativa preconizada na redação. O adjetivo *capazes* (lexema apreciativo) foi incluído com o objetivo de elevar a carga semântica do substantivo modificado, no caso, *medidas*, pois, conforme L1/E1, é preciso que se implemente “[...] medidas capazes de assegurar esse direito [...]”, ou seja, ações realmente eficazes, que possam garantir autonomia no uso da internet.

Após a contextualização do tema e a elucidação da tese (PdV2 e PdV3), o locutor-enunciador exhibe a primeira justificativa (PdV5) para a comprovação de sua teoria, situada no topo do parágrafo correspondente ao desenvolvimento: “A princípio, **é importante ressaltar** a intrínseca relação entre a alienação e a interferência na conduta do indivíduo”. Não é de modo aleatório que o elemento coesivo *A princípio*, uma locução adverbial que concerne ao sentido de “em primeiro lugar”, introduz essa proposição, dado que este segmento (PdV5) funciona como tópico frasal de todo o bloco, e, sobretudo, trata-se do argumento formulado pelo locutor primário para dar sustentação à tese defendida. Adiante, a expressão modalizadora *é importante ressaltar* corrobora a ideia de “colocar em evidência” algo relevante ou prioritário, a saber, a ligação entre a objetificação das decisões do indivíduo e a intervenção social.

Na sequência, o locutor-enunciador fornece uma explicação (PdV6) para detalhar/embarar o argumento já posto: “**De fato**, o processo de filtração dos dados expostos **virtualmente** é desconhecido **em parte**, senão **todo**, pela população”. Nesse fragmento, percebemos que um dos PdV dominantes (no caso, o PdV3), escolhido como tese, é atualizado no plano enunciativo, uma vez que L1/E1 resgata e ratifica o entendimento segundo o qual a influência digital é uma questão aliada à falta de consciência dos internautas de que seus movimentos são rastreados, o que

compromete o pleno acesso ao conhecimento. Ao validar a predicação descrita no PdV6, considerado um argumento de princípio, o locutor o faz mediante o emprego da expressão *De fato*, um marcador de natureza impositiva, que tende a fortalecer a afirmação categórica de L1/E1, cerceando o direito à dúvida; e por meio também da construção adverbial de modo *virtualmente*, para retratar a maneira como os dados são dispostos aos utentes, assim como nas formas adverbiais indicadoras de quantidade *em parte* e *todo*, para dizer que o fenômeno de filtragem de informações na rede é desconhecido “parcialmente” e até “inteiramente” pela população.

No próximo segmento mediado (PdV7), deparamo-nos com mais uma mudança de quadro, visto que o locutor-enunciador convoca uma nova voz para legitimar o argumento já estruturado. Vejamos: “Nesse contexto, **segundo o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein, só existe opção quando há informação**”. Aqui, L1/E1 toma distância do conteúdo expresso no PdV, indicando que não é a fonte primeira do dizer, atribuindo o engajamento a uma outra instância, no caso, o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein, que, nesta cena, constitui-se como E2. A operação de citação em DI marca formalmente o não comprometimento do locutor-enunciador ao PdV transmitido, que, por sua vez, é assinalado pelo grupo preposicional *Segundo X*, seguido de paráfrase, i.e., de uma reformulação que visa restituir a informação original. A partícula coesiva *Nesse contexto* suscita continuação do campo de raciocínio adotado pelo locutor-enunciador primário nas proposições anteriores, quando já se apontava a interferência no comportamento e a falta de esclarecimento como influxos da manipulação virtual.

Os enunciados que antecedem o PdV7 proporcionam indícios do movimento dialógico que será instaurado entre o primeiro locutor-enunciador e o E2, pois é notável a afinidade entre os campos de visão assimilados por cada um, contudo, é preciso analisar aquilo que prossegue ao PdV alheio, para compreendermos os efeitos de sentido gerados pelo entrelaçamento das vozes. Acompanhemos, então, o fluxo discursivo do oitavo segmento, que exhibe a posição do locutor ante o PdV imputado: “Sob essa ótica, observa-se que o indivíduo, ao ser privado — mesmo que **parcialmente** — do conhecimento, **não possui** as ferramentas fundamentais para tomar uma decisão consciente”. Em sintonia com a perspectiva estendida ao E2, vemos que o locutor primeiro comenta e avalia o conteúdo relatado no DI, ampliando a concepção do autor citado e emitindo uma atitude favorável a ela – a de que o sujeito tem sua capacidade de escolha obstruída pelo contato parcial com o conhecimento disseminado na internet. Essa inferência de L1/E1 consiste numa operação de enriquecimento da ideia central apresentada no DI, segundo a qual a informação é o princípio da escolha, cuja responsabilidade é outorgada a um E2 (o escritor Gilberto Dimenstein).

Nessa situação (PdV8), o termo *Sob essa ótica* sinaliza a interação entre as fontes enunciativas suscitadas, uma vez que sugere retomada e continuidade de um dizer precedente. Na dependência de uma mediação perceptiva (“observa-se que”), o locutor enunciador engaja-se ao construir juízos de valor apreciativo, manifestado pelo advérbio de modo *parcialmente*, indicando a incompletude do conhecimento que é exibido ao internauta, e também pela construção *não possui*, para alegar a ausência de instrumentos que contribuam com o aprimoramento do senso crítico do indivíduo.

Quadro 2 – Excerto (2) - Redação de n. 5

Introdução	[1] Em “ O jogo da imitação ”, o personagem Alan Turing prejudica o avanço da Alemanha nazista, quando consegue decifrar os algoritmos correspondentes ao projeto de guerra de Hitler. [2] Diante disso, pode-se observar, desde a segunda metade do século XX, a relevância do conhecimento tecnológico para atingir certos objetivos. [3] Contudo, diferentemente desse contexto, atualmente , utiliza-se, muitas vezes , a tecnologia não para o bem coletivo , como no filme, mas para vantagens individuais , mediante a manipulação de dados de usuários da internet. [4] Destarte, é fundamental analisar as razões que tornam essa problemática uma realidade no mundo contemporâneo.
------------	--

Fonte: Elaboração própria

O excerto (2) remonta o parágrafo introdutório da produção examinada. Nele, visualizamos quatro proposições-enunciadas que contextualizam o tema e apresentam a tese. O primeiro enunciado distingue-se claramente dos demais segmentos, visto tratar-se de um regime enunciativo comum na tipologia narrativa, em que o locutor relata um acontecimento de maneira breve, marcando distância. Em poucas palavras, L1/E1 esboça a ação produzida pelo personagem de uma obra cinematográfica que faz sucesso entre o público mais jovem, conferindo a um E2 (O jogo da imitação) a responsabilidade pelo conteúdo enunciado no PdV1, através do discurso narrativizado (DN).

Esse tipo de representação de fala não se restringe apenas ao universo literário ou jornalístico, pois cada texto combina diferentes estratégias para a realização de um propósito comunicativo, o que justifica, no contexto da redação do ENEM, o aparecimento do DN, mediante inserção de pequenas narrativas ilustrativas. No PdV1, o sinal tipográfico aspas em *O jogo da imitação* indica explicitamente a alteridade e o afastamento enunciativo do locutor-enunciador primário. Nisso, vemos que o destaque dado é sobre a fonte enunciativa do conteúdo proferido, que, por sua vez, não corresponde necessariamente a um ser falante, mas a um produto intelectual circulante na esfera do entretenimento. Nesse segmento, a preposição *Em* funciona como marcador de escopo.

Em uma etapa posterior (PdV2), o locutor precisa sua primeira relação, aparentemente de aprovação, com o PdV imputado, entoando um comentário reflexivo-interpretativo, calculado relativamente à posição enunciativa de E2: “Diante disso, pode-

se observar, desde a segunda metade do século XX, a **relevância** do conhecimento tecnológico para atingir certos objetivos”. O conector *Diante disso* prenuncia a informação adicionada, que acha sua origem e sua responsabilidade no locutor-enunciador, no âmbito de uma mediação perceptiva (“pode-se observar”). A presença do subjetivema *relevância*, forma apreciativa que salienta a importância do elemento ao qual ela se combina na linearidade do PdV, constitui um traço significativo da entrada de um PdV próprio, que põe em xeque o valor do conhecimento tecnológico para o desenvolvimento social nas últimas décadas. A asserção do locutor primeiro promove o equilíbrio entre os valores associados a si e ao outro, dado que tanto o PdV1 quanto o PdV2 encontram-se coorientados argumentativamente.

Na terceira proposição-enunciada, o concessivo *Contudo* introduz um outro movimento argumentativo que limita a validade do PdV1 e, de certa forma, afeta o efeito de sentido do PdV2, dando ao texto uma orientação argumentativa de refutação, reforçada pelo fenômeno de modalização, que endossa o campo de visão adotado pelo locutor-enunciador primeiro. Reparemos: “Contudo, **diferentemente** desse contexto, **atualmente**, utiliza-se, **muitas vezes**, a tecnologia não para o **bem coletivo**, como no filme, mas para vantagens **individuais**, mediante a manipulação de dados de usuários da internet”. O emprego do advérbio de modo *diferentemente*, juntamente com o conectivo *Contudo*, acentuam a oposição estabelecida em relação ao primeiro enunciado proposicional, que fora imputado a outrem, com o qual L1/E1 dialoga para construir um PdV pessoal. O dêitico temporal *atualmente* funciona como referência ao contexto situacional, e no PdV3, o locutor lança mão desse elemento para dar corpo a uma representação social antagônica àquela de E2. As estruturas de valor apreciativo *muitas vezes* evidenciam a frequência com que se utiliza a tecnologia em benefício próprio (construção *vantagens individuais*), desprezando-se os interesses da coletividade (construção *bem coletivo*), por intermédio da manipulação de dados cibernéticos.

Nesse evento, o locutor-enunciador serve-se do PdV1 e do PdV2 para construir um PdV pragmaticamente dominante (PdV3), que imprime sua orientação argumentativa ao discurso, na dinâmica interacional (RABATEL, 2016a).

No quarto e último conteúdo predicado, o locutor vale-se da expressão avaliativa *é fundamental* e do lexema valorativo *problemática* na formulação de um PdV que visa captar a atenção do leitor para a análise dos motivos que fazem da manipulação digital um fato hodierno. O conector *Destarte* transmite a noção de conclusão e retomada das ideias antepostas, o que confere a esse enunciado o estatuto de PdV finalizador, no qual é possível verificar a presença subjetiva do locutor primeiro.

Para complementar o exame da RE, cabe-nos, ainda, debater acerca da posse das gradações existentes na apreensão dos conteúdos proposicionais atribuídos aos E2, conforme o *continuum* dos fenômenos de concordância e discordância, apresentado na Figura 2, e as reações despertadas no alocutário.

3.3 Posturas enunciativas assumidas pelo L1/E1 ao dar voz a outrem

Atestamos que a introdução e o desenvolvimento constituem as partes mais propícias ao aparecimento de outras vozes, incorporadas ao texto para mediar e apoiar as reflexões do locutor-enunciador acerca do tema definido. Em função das particularidades do gênero, percebemos que, nesses pontos das redações, L1/E1 adota, principalmente, dois tipos de comportamento diante de um PdV que não lhe corresponde: a coenunciação, anunciada no emparelhamento das visadas discursivas partilhadas entre as instâncias construtoras do PdV (L1/E1 e E2); e a superenunciação, manifestada no desvencilhamento da orientação argumentativa do conteúdo (re)formulado pelo primeiro locutor, que lhe confere nova significação. A recorrência dessas posturas se deve ao fato de que L1/E1 ora aproxima-se de alguns enunciadores, por meio do acordo pleno, ora distancia-se, rompendo com a validade dos conteúdos transferidos a conta de terceiros.

Ilustramos, no Quadro 3, a escolha das posturas emergentes no plano de texto das redações, tendo em vista a negociação de sentidos entre o locutor-enunciador primeiro e os E2.

Quadro 3 – Excerto (3) – Redação de n. 4

Introdução	[1] “Para o sociólogo Manuel Castells, o advento da ‘Era da Informação’ significou uma mudança nas relações de poder. [2] Enquanto, na ‘Era Industrial’, o cenário era regulado pela posse dos meios de produção, na nova fase, o domínio político, econômico e social tornou-se vinculado ao controle da produção, do processamento e do compartilhamento de dados. [3] [Co-] Tal transformação favoreceu que o meio virtual, por meio de algoritmos, adquirisse a capacidade de manipular o comportamento de internautas de acordo com suas preferências, prática a qual, uma vez sustentada pela ausência de autonomia dos indivíduos na ‘internet’, constitui o alicerce para o surgimento das ‘bolhas virtuais’.”
------------	---

Fonte: Elaboração própria

No exemplo acima, L1/E1 exprime um conteúdo proposicional em coprodução com o PdV de E2 (o sociólogo Manuel Castells), ou seja, um PdV comum, que coloca as instâncias enunciativas numa posição de nivelamento. Nisso, o locutor apropria-se do dizer alheio, concentrado no primeiro e segundo segmento textual, confirmando-o em suas palavras, quando pronuncia-se a respeito da manipulação de internautas no meio virtual, que, segundo ele, é um efeito das mudanças ocorridas com *o advento da ‘Era da Informação’*. Além disso, a retomada da principal informação contida nos

enunciados imputados (a reorganização das relações de poder no cenário atual), observável na construção *Tal transformação*, possibilita inferir que o locutor não só leva em conta as extensões vinculadas a *outrem*, ele também as amplia no âmbito de um raciocínio próprio (PdV3), acrescentando novas ideias, que, por sua vez, não deslocam as linhas das proposições anteriores a sua. Trata-se, portanto, de uma concordância concordante, tendo em vista a união dos envolvidos na cena enunciativa, cujo resultado é a integração dos universos de sentido produzidos.

Situações como essa incidem ainda com mais frequência no âmbito do desenvolvimento, conforme demonstramos no excerto (4).

Quadro 4 – Excerto (4) – Redação de n. 3

Desenvolvimento	“[1] Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. [2] [Co-] Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet. [...]”
-----------------	---

Fonte: Elaboração própria

Como se vê, a relação predicativa assumida por L1/E1 no primeiro momento é claramente fundamentada e reforçada pelo PdV imputado a E2 (no caso, pesquisa divulgada pelo IBGE), em segundo plano, pois à medida que o locutor coloca em destaque o contato cada vez mais precoce com a internet, a extensão relatada no enunciado posposto apresenta dados que confirmam a assertividade do seu dizer. Constatamos, então, que o conteúdo informado no PdV atribuído a E2 justifica o argumento formulado pelo locutor (PdV1), fato que marca o engajamento das fontes na (co)construção de um mesmo PdV partilhado. Ademais, a coorientação dos enunciados também atua favorecendo a fusão lógico-argumentativa das ideias proferidas no excerto (4).

Entretanto, nem sempre o locutor-enunciador adere plenamente às proposições referidas ao outro. Há casos em que o PdV de E2 é modificado para beneficiar a visada argumentativa de L1/E1, como mostramos no excerto (5).

Quadro 5 – Excerto (5) – Redação de n. 1

Introdução	[1] “Segundo Steve Jobs, um dos fundadores da empresa ‘Apple’, a tecnologia move o mundo. [2] [Super-] Contudo, os avanços tecnológicos não trouxeram apenas avanços à sociedade, uma vez que bilhões de pessoas sofrem a manipulação oriunda do acesso aos seus dados no uso da internet. [...]”
------------	--

Fonte: Elaboração própria

No exemplo acima, existe um ponto de interseção entre o conteúdo proposicional conferido a Steve Jobs (E2) e o do locutor primário, que constitui a coprodução de um PdV atinente à ligação entre tecnologia e avanço social. Todavia, a extensão predicada

por L1/E1 (PdV2) provoca uma ruptura com o PdV de E2 (PdV1), pois segue uma orientação argumentativa diferente (anunciada pelo marcador adversativo *Contudo*), uma vez que L1/E1 entende que o desenvolvimento tecnológico tem também seu lado negativo. Desse modo, podemos inferir que o PdV2 contesta a validade do PdV1, já que L1/E1 marca uma certa distância de E2, ao dar ao conteúdo reformulado um novo direcionamento sob o prisma da manipulação dos usuários pelo controle de dados, colocando-se como dominante na estrutura comunicacional, e, portanto, como um superenunciador.

Eventos dessa natureza dificilmente acontecem no contexto do desenvolvimento das redações, visto que locutor e enunciadores geralmente articulam-se mediante processos de assimilação. Mesmo que excepcionalmente, a superenunciação também configura uma estratégia empregada pelo locutor para elaborar explicações que respaldem a tese, conforme apresentamos no Quadro 6.

Quadro 6 – Excerto (6) – Redação de n. 5

Desenvolvimento	“[...] [1] Segundo o filósofo Kant, a pessoa é um fim em si mesma, e não um meio de conseguir atingir interesses particulares. [2] [Super-] Nesse sentido, rompe-se com tal lógica humanista ao verificar-se que, hoje, muitas empresas transformam o consumidor em um instrumento de lucro. [...]”
-----------------	--

Fonte: Elaboração própria

Nessa cena, a superenunciação é lida a partir da reação contraditória de L1/E1 em relação a um princípio humanista determinado pelo filósofo Kant (E2), que se vê corrompido na atualidade, em virtude da ambição desmedida das empresas na busca pelo lucro comercial. A dissimetria na construção do conteúdo superenunciado permite-nos compreender que o PdV de E2 é mais ou menos validado nas palavras de L1/E1, que, visivelmente, retoma e reformula o enunciado anteposto conforme sua convicção das coisas, alterando o sentido original para se favorecer no plano discursivo.

Ressaltamos que, nos parágrafos finalizadores dos textos, o locutor-enunciador geralmente recapitula PdV já mencionados por meio de alusões, ilhas textuais, e, algumas vezes, mediante uma nova coenunciação, intensificando o acordo e a atitude de combate frente ao problema discutido. Quando há a inclusão de uma nova voz social nessa parte da redação, elas também são alvo de coenunciação por parte do locutor primeiro.

Considerações finais

Este trabalho propôs-se a investigar as estratégias textuais/discursivas mobilizadas para assinalar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa e a

construção de um ponto de vista próprio em redações nota mil do ENEM, tencionando, especificamente: identificar as vozes e instâncias convocadas pelo locutor-enunciador no percurso da argumentação; descrever e interpretar marcas linguísticas sinalizadoras da (não) assunção da RE dos conteúdos proferidos, considerando os posicionamentos adotados pelo locutor-enunciador diante dos pontos de vista imputados a outrem; e discutir sobre efeitos de sentido decorrentes dos contextos de (não) responsabilização dos enunciados, levando em conta a necessidade de se defender um ponto de vista próprio.

Perante esses direcionamentos, vimos que L1/E1 mobiliza um vasto repertório cultural, negociando a produção de sentido com filósofos, sociólogos, jornalistas, empresários do ramo tecnológico, enredos de filmes e séries, pesquisas, dentre outras vozes e organizações sociais, estrategicamente inseridas no texto para beneficiar a visada argumentativa pretendida. As literaturas filosófica e sociológica, em particular, são amplamente exploradas no plano discursivo, levando-nos a perceber o imenso valor destes campos do saber para a formação e atuação crítica dos sujeitos em sociedade.

Nas situações em que o locutor atribui ao outro a responsabilidade pelo conteúdo proferido, são empregados os mecanismos linguísticos do DI, do DN, e do DD. Mediante esses três regimes enunciativos, L1/E1 delimita as fronteiras entre suas palavras e as palavras dos E2, mencionados e retomados na materialidade das redações, a fim de legitimar o próprio querer-dizer. Para tanto, grupos preposicionais (*Conforme X, Segundo X, De acordo com, Para X*), verbos introdutórios de enunciação relatada (*assegura, disse, definiu, descreve, afirmou*), expressões (*Sob a ótica, Tal preceito, pode-se citar*) e sinais tipográficos (aspas e dois pontos) auxiliaram o intercâmbio entre as fontes enunciativas dos PdV.

A incursão de PdV tão diversos é antecedida ou precedida de uma atitude favorável do locutor, que tende a compartilhar os vínculos de responsabilização com o outro, ao declarar acordo na grande maioria dos eventos de imputação dos enunciados, por via da coenunciação. Movimentos dialógicos de discordância incidem com menor frequência, e são notados quando o locutor, ao invés de engajar-se à situação descrita, marca distância para refutar a posição enunciativa de E2, colocando-se na paternidade de um PdV dominante, canalizado pela postura da superenunciação.

Destacamos que o *corpus* apresentou um grande número de unidades linguísticas indicadoras da RE dos enunciados, que constituem as categorias listadas por Adam (2011), no quadro da ATD, portanto, nossos resultados apontam apenas um caminho possível para o estudo da responsabilização nessa materialidade.

Acrescentamos, ainda, que a articulação entre as posições teóricas adotadas por Adam (2011) e Rabatel (2009; 2015; 2016a; 2016b), conforme demonstramos, tem

muito a contribuir com a compreensão do funcionamento discursivo e argumentativo do gênero redação do ENEM, sendo, ao nosso ver, complementares. Nesse processo, os dispositivos metodológicos da ATD mostraram-se produtivos para a análise da dimensão enunciativa de textos concretos, que retratam, de fato, o uso efetivo da linguagem no seio das interações sociais.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passegi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão técnica: João Gomes da Silva Neto. 2. ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Dijalva Ferreira Lima; LEITE, Maria Jucilene Lopes. As dificuldades dos alunos do Ensino Médio na aprendizagem da Língua Portuguesa: um estudo de caso na Escola Estadual São João Batista – Araripina – Pernambuco, Brasil. **Id on Line – Revista de Psicologia**, v. 12, n. 41, p. 1006-1026, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1279>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). **A redação no Enem 2018** – cartilha do participante. Brasília-DF/MEC, 2018.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. **Langue Française**, n. 162, p. 3-27, 2009.
- RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2016a.
- RABATEL, Alain. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução: Weslin de Jesus Santos Castro. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, 2016b. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1328>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- RABATEL, Alain. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. *In*: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: autour des travaux de Dominique Maingueneau, tradução Euclides Moreira Neto. Limoges: Lambert-Lucas, 2015, p. 125-135.
- VIEIRA, Tacicleide Dantas; SILVA, Valdison Ribeiro da; ALVES, Maria da Penha Casado. Escrita e reescrita de textos argumentativos no ensino médio. *In*: SEMANA DE HUMANIDADES, 17, 2009, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2009, s/p. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/shXVII/Anais/GT03/3.2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.